



# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### CONCURSO PÚBLICO

### CADERNO DE PROVAS

### NÍVEL SUPERIOR

Aplicação:  
1.º/2/2004

Analista Judiciário  
Área: Apoio Especializado  
Especialidade: Contador

## MANHÃ

## CARGO 4

**CESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I **2/2/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **3 e 4/2/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **18/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no Item I e no Diário Oficial do Estado do Amapá, do resultado final das provas objetivas para todos os cargos e da convocação para a prova prática de digitação para os cargos **1, 2, 4, 6, 7, 8, 9 e 11**.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 4/2003 – Comarcas de Macapá e Santana, de 17/12/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 125** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto I – itens de 1 a 10

#### Justiça Itinerante Fluvial

1 Uma das faces do funcionamento do Juizado Especial  
no Estado do Amapá é a Justiça Itinerante Fluvial. Essa  
4 modalidade de serviço judiciário consiste no atendimento de  
comunidades ribeirinhas por meio da utilização de uma  
embarcação adaptada para o atendimento judiciário em áreas  
não-servidas por postos avançados e inacessíveis por estradas.  
7 Esta desloca-se pelo rio Amazonas e afluentes, visitando  
ribeirinhos, até o distrito de Baillique, arquipélago localizado no  
extremo norte do estado. Em seu interior ocorrem audiências  
10 cíveis, criminais e de família, em que juízes e promotores  
efetuam todos os procedimentos judiciários necessários: fazem  
interrogatórios, proferem sentenças, efetuam conciliações, etc.  
13 Nas jornadas do Juizado Itinerante Fluvial, diversas  
comunidades ribeirinhas são visitadas pela equipe. Na  
embarcação, que serve de base para a execução dos trabalhos,  
16 a comunidade ribeirinha recebe uma ampla orientação de seus  
direitos e da forma como podem deles usufruir como cidadãos  
amapaenses. A base fica ancorada em pontos estratégicos no  
19 meio do rio, e os interessados aproximam-se em pequenos  
barcos e canoas, para serem prontamente atendidos pelos  
serventuários ali presentes.  
22 Pela peculiaridade de algumas localidades, nem  
sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro  
da embarcação. Nesses casos, o atendimento ocorre em  
25 centros comunitários ou escolas da própria localidade. Assim,  
diversas famílias têm alcançado direitos antes tidos como  
impossíveis, tais como certidões de nascimento de seus filhos,  
28 certidões de casamento, posse de terras, etc.  
A Lei n.º 9.099/1995 introduziu importantes  
modificações no sistema penal e processual brasileiro,  
31 instituindo os juizados especiais, possibilitando a aplicação de  
novos institutos, como transação e suspensão condicional do  
processo.  
34 Com isso, nas pequenas infrações, o autor e a vítima  
poderão ser poupados das delongas e dos prazos decorrentes  
do processo, com a solução imediata do litígio, por meio da  
37 composição, tanto no âmbito civil como no criminal.  
Nessa nova realidade de aplicação de penas, a justiça  
do Amapá visualizou um horizonte infinito de trabalho, tendo  
40 a sua disposição o respaldo da lei. Surgiram então os Juizados  
Itinerantes Terrestre e Fluvial, com a premissa máster de  
oferecer às comunidades distantes das cidades o mesmo  
43 atendimento encontrado nos fóruns, pois as jornadas  
itinerantes são compostas por juízes, promotores, escrivãos,  
policiais, e toda a infra-estrutura para a realização de  
46 audiências cíveis, criminais e de família.

Internet: <<http://www.tjap.gov.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

A respeito das idéias e das estruturas do texto I, julgue os itens seguintes.

- 1 Quando necessário, a Justiça Itinerante Fluvial pode atender as comunidades ribeirinhas em terra firme.
- 2 Ao pôr em prática a Lei n.º 9.099/1995, que instituiu os juizados especiais, a Justiça do Estado do Amapá levou em consideração as peculiaridades da região amazônica.
- 3 Um dos principais objetivos dos juizados especiais é agilizar a justiça brasileira.
- 4 A justiça praticada pela Justiça Itinerante Fluvial é, segundo o texto, qualitativamente pior do que a praticada nos fóruns do Juizado Especial do Estado do Amapá.
- 5 As idéias e a correção gramatical do texto serão mantidas, caso o trecho na voz passiva “as jornadas (...) de família” (l.43-46) seja reescrito na voz ativa como **juízes, promotores, escrivães e policiais, bem como toda a infra-estrutura para a realização de audiências cíveis, criminais e de família, compõem as jornadas itinerantes.**

Com relação à grafia das palavras, aos mecanismos de referencialidade e à sintaxe do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 6 O pronome “Esta” (l.7) tem como referente “Justiça Itinerante Fluvial” (l.2).
- 7 O fragmento “deles usufruir” (l.17) pode, sem se incorrer em erro, ser assim redigido como **usufruí-los**.
- 8 No segmento “nem sempre há a necessidade de o atendimento ser efetuado dentro da embarcação”, os vocábulos sublinhados podem, sem se incorrer em erro, ser contraídos da seguintes forma: **do**.
- 9 Tradicionalmente usada em português, a vírgula que aparece antes da abreviação latina “etc.” (l.28) é, de fato, facultativa.
- 10 No singular, os vocábulos “fóruns” e “juízes” têm, respectivamente, a seguinte grafia: **fórum e juiz**.

## Fome de cidadania

1 Campanhas contra a fome não enchem a barriga de ninguém. O doador se alimenta com a bondade de seu gesto, sem garantir o pão de cada dia ao faminto. Provoca-se muito mais ansiedade do que saciedade, sem promover o direito básico de cada ser humano ao alimento e à nutrição.

4 Cabe à família, à sociedade e ao Estado o dever de garantir esse direito a qualquer ser humano, especialmente aos fracos e aos pequenos. Não se faz caridade com a partilha do pão, proclama-se a vocação humana à vida em comunhão. Não é movido por um sentimento piegas que me inclino diante do desvalido, mas em reconhecimento de que minha própria honra foi atingida e ultrajada na indignância de meu semelhante. A solidariedade só é virtude quando se cultiva a justiça. Então, sim, a sociedade se renova em seu compromisso com as exigências da cidadania.

7 O Estado é promotor e defensor do direito e da justiça. Cabe-lhe, por intermédio do governo, assegurar o bem comum, valorizando as diferenças e combatendo as desigualdades. Nenhum governante dispensa solidariedade, porém arrecada impostos e tributos para aplicá-los em defesa e promoção da cidadania de seu povo.

10 Medidas emergenciais contemplam situações de infortúnio que abatem parcelas da população. De forma permanente, porém, estrutura-se o Estado para garantir moradia, saneamento básico, transporte, alimento, educação, saúde e lazer a todos que integram a Nação. Sem paternalismo e assistencialismo, por meio da participação e do trabalho, o povo quer e deve exercer sua cidadania.

13 Entre nós o Estado nunca teve tamanho e braços para acolher a todo o povo. Nunca foi constituído a serviço da cidadania de 100% da Nação. Por isso os governos ainda que bem intencionados jamais dispensam justiça a todo povo. As leis, o orçamento e as estruturas garantem a cidadania plena em favor de um quarto da população. Por exemplo, o Código Civil defende a cidadania de quem é, de quem sabe e de quem tem; enquanto o Código Penal pune a quem não é, não sabe e não tem.

16 O povo brasileiro em sua maioria tem mesmo é fome de cidadania. O que não falta é comida nesta terra em que "em se plantando tudo dá". Porém, não se planta para alimentar o povo, mas para fortalecer a economia. A economia do tempo dos engenhos até o império do mercado financeiro de hoje sempre teve por objetivo o lucro e o consumo das elites e dos bafejados pela sorte. Não sem razão falamos de menos favorecidos! Nem o orçamento, nem a burocracia os favorece. Vivem de déficit(s) de habitação e de outras coisas básicas ao lado de superávit(s) da economia e da abundância da primeira classe das carruagens da República.

19 Da Universidade ao Parlamento tudo é pensado e desenvolvido em função da Organização Mundial do Comércio. Enquanto o rebanho bovino é controlado por refinado sistema, o Ministério da Saúde não dispõe de dados posteriores a 1996 sobre nutrição infantil. Mais grave ainda, não se sabe com certeza qual seja nem mesmo o número da população do país portadora de documentos. O Brasil precisa de estatísticas com rosto, nome e endereço. Sem a participação da cidadania, isso não acontecerá.

22 No Piauí, como em qualquer lugar do Brasil, o que está em jogo é um direito humano básico. Sem a promoção da cidadania o povo continuará faminto.

25 A segurança alimentar nutricional sustentável, como eixo do desenvolvimento, reverte o rumo da economia perversa geradora de miséria e de fome. Enquanto a terra for prisioneira do capital e o alimento mercadoria, haverá fome no mundo.

28 Não basta ter comida. Uma boa refeição alimenta e nutre o organismo, a sabedoria e a comunhão das pessoas.

Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias – RJ. Internet: <<http://www.santacecilia.org.br>>. Acesso em dez./2003 (com adaptações).

Com base nas idéias do texto II, julgue os itens subseqüentes.

- 11 De acordo com a argumentação do autor, “paternalismo e assistencialismo” (l.14) “não enchem a barriga de ninguém” (l.1).
- 12 Três quartos da população brasileira ainda carecem de cidadania plena, isto é, de leis, orçamento e estruturas que lhes garantam um padrão de vida digno.
- 13 Os cidadãos brasileiros são equanimemente tratados tanto pelo Código Civil quanto pelo Código Penal.
- 14 Ao longo da História, os governantes brasileiros têm priorizado as questões sociais em detrimento dos problemas econômicos do país.
- 15 O governo brasileiro mantém um melhor controle de dados a respeito do rebanho bovino nacional do que sobre a população mais carente do país.
- 16 A menos que se reconheça a cada cidadão brasileiro o direito básico ao alimento e à nutrição, campanhas contra a fome não surtirão efeito.
- 17 Segundo o autor, os alimentos devem nutrir não só o corpo, mas também a sabedoria e a comunhão das pessoas.

Considerando a tipologia textual e o emprego das palavras e expressões do texto II, julgue os seguintes itens.

- 18 O texto “Fome de cidadania” é fundamentalmente narrativo.
- 19 Como está redigido, o texto pode figurar em uma ata.
- 20 A exemplo de “Nação” (l.14 e 16), o vocábulo “terra” (l.19) deveria, no contexto em que aparece, ter sido escrito com inicial maiúscula.

Com base na estruturação sintática e na pontuação do texto II, julgue os itens a seguir.

- 21 As duas ocorrências do acento indicativo de crase que aparecem na linha 4 são facultativas, devido ao fato de antecederem complementos nominais genéricos.
- 22 Na linha 9, o pronome “lhe” exerce a função de objeto direto e tem como referente “justiça”.
- 23 O período “Nunca foi constituído a serviço da cidadania de 100% da Nação” (l.15-16) é uma oração sem sujeito.
- 24 A vírgula que aparece logo depois da expressão “Mais grave ainda” (l.26) pode ser substituída por dois-pontos, sem que se incorra em erro.
- 25 Na linha 31, a inserção de vírgula logo após “alimento” acarreta erro na pontuação do texto.



A figura acima ilustra a janela Painel de controle do Windows XP, que está sendo executada em um computador PC. Com relação a essa janela e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

26 Caso se clique o *hyperlink*  **Windows Update**, será dado início a um processo que permite a atualização de componentes do Windows XP, que envolve um acesso ao sítio da Microsoft para que se possa realizar o *download* de componentes desejados.

27 Por meio do *hyperlink*  **Contas de usuário**, é possível se definir um novo usuário que poderá ter *login* e *password* próprios para o acesso aos recursos do computador.

28 Por meio do *hyperlink*  **Adicionar ou remover programas**, é possível adicionar ou remover *software* instalado no computador. A janela que é executada ao se clicar o referido *hyperlink* permite igualmente adicionar ou remover componentes do próprio Windows XP.

29 Ao clicar o ícone  **Alternar para o modo de exibição clássico**, é possível obter e instalar versões anteriores ao Windows XP. Para se obter êxito nessa operação, é necessário que o Windows XP instalado no computador seja do tipo UNIX.

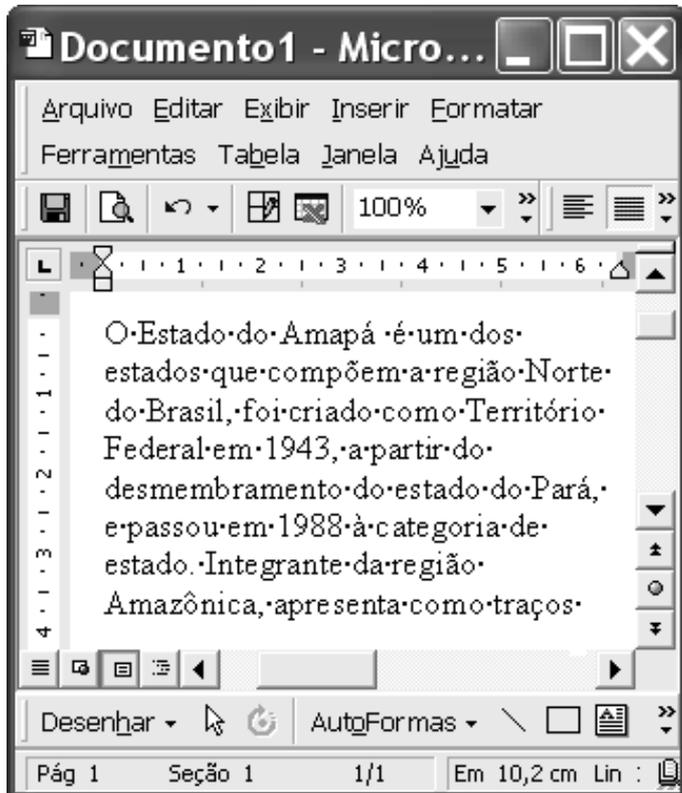
Considerando a janela do Internet Explorer 6 ilustrada acima, que está sendo executada em um computador PC, julgue os itens a seguir.

30 Por não constituir um endereço eletrônico válido para páginas Web, A expressão [http://www.cespe.unb.br/concursos/TJ\\_AP\\_2003/](http://www.cespe.unb.br/concursos/TJ_AP_2003/), constante do campo **Endereço**, não pode corresponder à página Web mostrada na janela do Internet Explorer 6 ilustrada.

31 Ao se clicar o botão , será iniciado um processo de acesso à página previamente configurada como a favorita do Internet Explorer 6, caso exista.

32 Sabendo que **Edital nº 1 - Abertura** consiste em um *hyperlink*, as informações contidas na janela do Internet Explorer 6 ilustrada permitem concluir que, ao clicar esse *hyperlink*, será aberta uma janela do Word 2000.

33 Ao se clicar o botão , será mostrado um campo na janela do Internet Explorer 6 no qual será possível a manipulação de informações referentes ao histórico de acessos a páginas Web realizadas utilizando-se o computador.



A figura acima mostra uma janela do Word 2000, com parte de um texto extraído do sítio <http://www.tjap.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, relativos ao Word 2000.

- 34 Caso se deseje obter recursos para visualizar a aparência do documento em edição quando impresso, é suficiente clicar o botão .
- 35 Para se alterar os formatos de espaçamentos de caracteres e fonte do texto mostrado do documento, é suficiente selecionar esse texto e, a seguir, usar as funcionalidades da opção Fonte, encontrada no menu **Formatar**.
- 36 No menu **Arquivo**, encontra-se uma opção que permite configurar a instalação do Word 2000 para funcionar como um dicionário de sinônimos.
- 37 Para se excluir o termo “Estado do” da primeira linha mostrada, é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar sobre “Estado”; teclar ; clicar sobre “do”; e clicar .



Considerando a figura acima, que mostra uma planilha do Excel 2000, julgue os itens seguintes.

- 38 Sabendo que a população do Amapá é estimada em 475.843 habitantes, dos quais 362.914 residem em Macapá e Santana, então, para determinar o percentual da população do Amapá que reside nessas duas cidades, pondo o resultado na célula A1, é suficiente digitar  $=362.914 \times 100 / 475.843$  na célula selecionada e, a seguir, teclar .
- 39 Considere o seguinte procedimento: na célula selecionada, digitar Amapá; teclar ; clicar a célula A1; clicar ; clicar a célula B1; teclar . Após esse procedimento, as células A1 e B1 ficarão com o mesmo conteúdo: Amapá.
- 40 A partir de dados numéricos que forem inseridos na planilha em edição, é possível a elaboração de relatórios por meio de opção encontrada no menu **Ferramentas**.

Dos 44,8 milhões de domicílios brasileiros, 5% não têm abastecimento de água potável nem esgotamento sanitário, não são servidos por coleta de lixo e têm mais de dois moradores por dormitório, de acordo com novos cruzamentos de dados do Censo 2000, feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São 8,34 milhões de brasileiros que se alojam em 2,2 milhões de residências totalmente inadequadas para a moradia. “Os dados mostram que houve uma evolução importante, mas ainda é preocupante considerar que apenas 44% dos domicílios são totalmente adequados. O fato de termos 5% de residências totalmente inadequadas significa que, em uma estimativa otimista, ao menos 8,4 milhões de pessoas vivem nesses lares. Os dados confirmam a necessidade enorme de investimento na infra-estrutura sanitária”, afirmou Mônica Porto, professora da Universidade de São Paulo. As diferenças regionais e de renda são as que mais influenciam no acesso aos serviços básicos. No Sudeste, por exemplo, o percentual de lares totalmente adequados (59%) é mais que o dobro dos percentuais encontrados no Norte (15%) e no Nordeste (25%).

Folha de S. Paulo, 27/12/2003, p. C1 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 41 Infere-se do texto que, entre os critérios utilizados pelo IBGE para classificar um domicílio como totalmente adequado, estão sua ligação à rede de abastecimento de água, à coleta de esgoto ou ao depósito em fossa séptica, ao recolhimento do lixo e ao número máximo de duas pessoas por dormitório.
- 42 O Brasil apresenta, nos dias atuais, uma das mais expressivas taxas de urbanização do mundo, superior a 80%. Contudo, de maneira geral, as cidades brasileiras surgem e se expandem sem o devido planejamento, carentes dos equipamentos urbanos básicos.

43 Além da histórica desigualdade social, que o coloca entre os primeiros lugares no perverso *ranking* da disparidade de renda, o Brasil ainda convive com acentuadas desigualdades regionais, algo que, relativamente às condições de moradia da população, o texto não chega a demonstrar.

44 A precariedade da infra-estrutura sanitária, realidade ainda muito presente no panorama urbano brasileiro, amplia a demanda por atendimento médico e sujeita desnecessariamente a população a diversas doenças que poderiam não ter a dimensão que ainda hoje possuem.

45 O quadro exposto no texto ajuda a explicar por que a mortalidade infantil está aumentando e a expectativa de vida dos brasileiros, hoje, é praticamente a mesma de meados do século XX.

46 Infere-se do texto que, pelas mais diversas razões, permanece inalterado o nível de adequação das residências brasileiras ao longo do tempo, o que permite concluir que as políticas públicas para o setor são ainda muito frágeis.

47 Pelos dados apresentados pelo IBGE, enquanto nas regiões mais carentes do país os índices de moradias consideradas não-adequadas são elevados, nas mais desenvolvidas esse problema praticamente não mais existe.

48 Brasília é uma exceção no cenário urbano brasileiro. Cidade planejada, foi construída para ser a capital do país e, graças a medidas adotadas para protegê-la, cresce ordenadamente, sem gerar o aparecimento de uma periferia desprovida dos necessários equipamentos urbanos.

49 O fato de o poder público garantir saneamento, coleta de lixo e fornecimento de água tratada mediante pagamento de taxas permite que se relacione a precariedade desses serviços com pobreza, ou seja, a parcela da população que não pode pagar normalmente fica sem acesso a eles.

50 O cenário mostrado no texto não é uma exclusividade brasileira, estando presente nas mais diversas regiões do planeta nas quais o problema da desigualdade está longe de ser superado, a exemplo do continente africano e de várias porções da Ásia.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com base na doutrina contábil e no que dispõem a Lei n.º 6.404/1976 e as demais normas aplicáveis — Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e outros —, julgue os itens a seguir.

- 51** Além de subordinar-se à Lei n.º 6.404/1976, com suas alterações, e à legislação fiscal das três esferas de governo, a contabilidade das sociedades anônimas deve observar, em aspectos e(ou) setores específicos e nas situações aplicáveis, as normas emitidas pelo CFC, pela CVM, pelo BACEN e por outros órgãos reguladores (ANATEL, IBAMA, ANVISA, INMETRO, entre outros).
- 52** Confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade são, de acordo com o CFC, os atributos indispensáveis da informação contábil contida nas demonstrações contábeis previstas na legislação.
- 53** Para fins de consolidação de balanços, os impostos e contribuições relacionados às transações entre as entidades que formam o conjunto devem ser totalmente eliminados dos estoques, do ativo permanente e de outros ativos.
- 54** A consolidação é o processo de agregar saldos de contas e(ou) de grupo de contas de uma mesma natureza, de eliminar saldos de transações e de participações entre as entidades que formam o conjunto e de segregar, quando for o caso, os interesses de minoritários.
- 55** Os únicos insumos utilizados no processo de análise econômico-financeira são as demonstrações publicadas, que apresentam, em qualidade e volume suficiente, todas as informações necessárias à elaboração de um diagnóstico completo da posição da empresa analisada.
- 56** De acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, a atualização monetária representa nova avaliação dos itens patrimoniais, visto que ajusta os valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.
- 57** De acordo com o CFC, a investidora deve efetuar o registro contábil que altera o valor dos investimentos em razão do recebimento, sem custo, de ações ou quotas bonificadas, decorrentes principalmente da capitalização de reservas e(ou) lucros.
- 58** Em geral, é obrigatória a constituição da reserva legal antes de qualquer outra destinação do lucro líquido do exercício. Contudo, esta torna-se facultativa no exercício em que a soma do saldo dessa reserva com o montante das reservas de capital ultrapassar 30% do capital social.

À luz da legislação tributária vigente, julgue os itens seguintes.

- 59** O Tribunal de Justiça do Amapá deverá proceder ao recolhimento dos valores retidos ao tesouro nacional, mediante documento de arrecadação de receitas federais (DARF), no prazo de até cinco dias úteis, contados da data do pagamento à pessoa jurídica. Se o valor retido for inferior a R\$ 100,00, o seu recolhimento só será efetuado quando, adicionado a retenções subseqüentes, totalizar valor igual ou superior a R\$ 100,00.
- 60** As importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente, inclusive a prestação de alimentos provisionais, são dedutíveis do rendimento tributável para determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda na fonte.
- 61** O ICMS é um imposto estadual moderno, criado em 1988, não-cumulativo, e incidente *ad valorem* sobre o valor agregado em cada etapa do processo de produção e circulação de mercadorias e serviços.
- 62** Os tribunais de justiça, da mesma forma que os demais órgãos da administração federal direta, as autarquias e as fundações federais, têm a obrigação legal de reter na fonte a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), além de outros tributos, sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos previstos nas instruções normativas da Secretaria da Receita Federal.
- 63** O salário-família, o aviso prévio indenizado e o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), pagos diretamente ao empregado na rescisão contratual, bem como a indenização por dispensa, desde que dentro dos limites legais, não integram a base de cálculo do PASEP incidente sobre a folha de salários mensal, que corresponde à remuneração paga, devida ou creditada a empregados.
- 64** As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda têm como base de cálculo da COFINS o valor do faturamento líquido, que corresponde à receita líquida, assim entendida a totalidade das receitas auferidas, independentemente da atividade por elas exercida e da classificação contábil adotada para a escrituração das receitas, deduzidas dos impostos incidentes sobre vendas.

Com base no que preceitua a doutrina contábil a respeito de custos, julgue os itens a seguir.

- 65** Na avaliação dos estoques de uma empresa industrial, as expressões custo de produção do período, custo da produção acabada e custo dos produtos vendidos são sinônimas e apresentam sempre o mesmo valor. Equivalem ao custo da mercadoria vendida em uma empresa comercial.
- 66** Na contabilidade de custos de uma empresa, a utilização dos custeios por absorção e variável são mutuamente excludentes. A adoção de um impede a do outro. Não é admissível utilizá-los conjuntamente. O mesmo ocorre com a utilização de valores históricos e de reposição. A empresa tem de optar e escolher apenas um dos critérios, uma vez que a utilização de dois critérios diferentes geraria distorções inconciliáveis em sua contabilidade.
- 67** A decisão que define qual o modelo de custo e de informações gerenciais é mais adequado para determinada entidade depende, fundamentalmente, de três fatores relacionados às informações que serão fornecidas pelo sistema: quem vai recebê-las na ponta da linha, de que tipo e grau de detalhamento e o que fará com elas.
- 68** Na análise CVL, o ponto de equilíbrio (*breakeven point*) nasce da conjugação dos custos totais com as receitas totais. Podem ser calculados três pontos de equilíbrio distintos: o contábil, o econômico e o financeiro, que não são necessariamente coincidentes. O ponto de equilíbrio econômico é obtido quando a soma das margens de contribuição totalizar o montante suficiente para cobrir todos os custos e despesas fixos.

Com base na doutrina contábil e no que dispõem a Lei n.º 4.320/1964 e demais normas aplicáveis — Decreto-Lei n.º 200/1967; Decreto n.º 93.876/1976; Lei Complementar n.º 101/2000; normas da STN, da SOF, da SFC, do TCU, entre outros —, julgue os itens subseqüentes.

- 69** A relação das contas, a tabela de eventos e os indicadores contábeis integram o plano de contas único instituído pela instrução normativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que implantou o SIAFI.
- 70** No passivo compensado do plano de contas da administração federal, são controladas a realização da receita orçamentária e a dotação da despesa orçamentária.
- 71** As contas de resultado na administração pública — receitas e despesas orçamentárias, mutações ativas e passivas, superveniências e insubsistências ativas e passivas — podem ser encontradas apenas nos sistemas de contas financeiro e patrimonial.
- 72** O sistema de compensação registra também fatos de natureza orçamentária, que afetam o patrimônio público no instante em que ocorrem.
- 73** As contas que registram obrigações a pagar a fornecedores por bens e serviços adquiridos a prazo integram o sistema financeiro porque a forma de aquisição a prazo não está expressamente autorizada no orçamento.

- 74** Ocorre *deficit* orçamentário quando a despesa executada for maior que a despesa fixada.
- 75** O balanço patrimonial evidencia as alterações verificadas no patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes e independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.
- 76** É expressamente proibida pela legislação em vigor, em qualquer situação, a concessão de suprimento a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir.
- 77** A inscrição em restos a pagar, no último ano de mandato, deve limitar-se ao total da disponibilidade de caixa, que deve ser suficiente também para cobrir os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.
- 78** O desembolso de valores relativos à execução de restos a pagar afeta o orçamento e o fluxo de recursos financeiros do tesouro.
- 79** A autoridade competente para efetuar o reconhecimento de dívida a ser paga como despesa de exercícios anteriores é o ordenador de despesa titular no exercício em que efetivamente ocorreram as despesas ora reconhecidas.
- 80** As unidades gestoras *offline* não têm acesso à conta única, visto que a utilização do SIAFI é feita via unidade gestora pólo de digitação, necessitando, portanto, da abertura de uma conta-movimento na rede bancária oficial para realização de seus recebimentos e pagamentos.
- 81** Os agentes responsáveis, titular e substituto, serão relacionados nas tomadas ou nas prestações de contas por todo o exercício financeiro, exceto se tiverem sido nomeados ou exonerados no decorrer do exercício.
- 82** Há três tipos de prestação de contas: anual, especial e extraordinária. Enquanto a anual é levantada sistematicamente ao final de cada exercício por órgãos da administração indireta, os outros dois tipos podem ocorrer a qualquer momento, quando esses órgãos verificarem a ocorrência das condições previstas para a instauração do respectivo processo.

A propósito do orçamento público, seus instrumentos e tipos, seus princípios, sua elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização e demais aspectos relacionados ao processo orçamentário e com base no que dispõem a Constituição da República, a legislação regente da matéria e os escritos dos autores e doutrinadores de contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 83** A administração pública brasileira utiliza três orçamentos distintos: o orçamento geral da União (também chamado orçamento fiscal), o orçamento da seguridade social, e o orçamento de investimentos nas estatais.
- 84** No Brasil, adota-se a metodologia denominada orçamento-programa, definido como o plano de trabalho expresso por um conjunto de ações a realizar e pela identificação dos recursos necessários à sua execução.

- 85** Créditos adicionais são autorizações de despesas não-computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamento.
- 86** Os créditos extraordinários podem ser abertos por medida provisória e não carecem de aprovação prévia pelo Poder Legislativo.
- 87** O Plano Plurianual de Ações (PPA) deve estabelecer, por regiões, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as relativas aos programas de duração continuada.
- 88** De acordo com a atual Constituição da República, após encaminhar a proposta orçamentária ao Congresso Nacional, o presidente da República não pode mais propor qualquer retificação ao projeto de lei que integra a proposta.
- 89** O princípio da universalidade determina que a lei orçamentária deve compreender todas as receitas, inclusive as operações de créditos por antecipação da receita orçamentária, as emissões de papel moeda e outras entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiros.
- 90** A contabilidade dos fundos, bem como a obrigatoriedade constitucional de aplicação de parcela das receitas de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino e na área de saúde, constituem exemplos de aplicação prática do princípio da não-afetação das receitas.
- 91** A lei de diretrizes orçamentárias compreende o conjunto de metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, exceto quanto às despesas de capital, que são tratadas no PPA. Ela orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária e sobre a aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- 92** O processo orçamentário não é auto-suficiente, já que sua primeira etapa — elaboração da proposta orçamentária — é, em grande parte, resultado de definições constantes de uma programação de médio prazo que, por sua vez, detalha planos de longo prazo.
- 93** Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo.
- 94** O PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são leis complementares que constituem as principais normas balizadoras do orçamento e do planejamento da administração pública no Brasil.

Com fulcro nas normas e nas legislações vigentes e com relação aos aplicativos Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) e Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), julgue os itens a seguir.

- 95** A abrangência do SIAFI atinge os níveis central, setorial e seccional de execução. Constituem nível setorial as unidades setoriais de contabilidade nos ministérios civis e delegacias federais de controle do Ministério da Fazenda nos estados, no âmbito da União, e órgãos equivalentes nos estados e municípios.
- 96** Somente após aprovação pelo Congresso Nacional e sanção pelo presidente da República da lei orçamentária, é que a Secretaria de Orçamento federal procede à incorporação, em cada unidade orçamentária, da proposta orçamentária ajustada, com a liberação dos respectivos créditos no SIDOR.

No que tange à receita e à despesa no âmbito da contabilidade pública, julgue os itens seguintes com base na legislação vigente e na doutrina contábil.

- 97** Classificam-se como receitas correntes, entre outras, as receitas tributária, patrimonial, industrial, de serviços e o *superavit* do orçamento corrente — diferença entre receitas e despesas correntes.
- 98** A despesa pública é executada em três estágios: empenho, liquidação e pagamento, podendo ou não haver um intervalo de tempo maior que um dia útil entre a ocorrência de cada um deles.
- 99** O recebimento da dívida ativa, momento em que o contribuinte quita seu débito pendente junto ao Estado, caracteriza uma receita extra-orçamentária não-efetiva, por ser oriunda de um fato permutativo que envolve dois elementos patrimoniais: o dinheiro que entra e o direito a receber que é dado em troca.
- 100** No que tange à categoria econômica, as despesas são classificadas em despesas correntes — pessoal e encargos sociais, juros e encargo da dívida etc. — e despesas de capital — investimentos, inversões financeiras etc.



RASCUNHO

O açaí faz parte da alimentação diária dos habitantes da região amazônica. A partir desse fruto pode ser produzido um “vinho” muito energético e nutritivo, rico em vitaminas, cálcio, fósforo e magnésio. O costume é tomá-lo gelado com açúcar, farinha de tapioca ou farinha-d’água. A produção de “vinho” de açaí tem sido feita em escala industrial, mas a produção caseira mediante despulpamento manual ainda é bastante utilizada. Os apreciadores de açaí afirmam que o vinho preparado à moda caseira é o mais saboroso. Considerando que, para o preparo, no período de 1 dia, de 384 litros de “vinho” de açaí à moda caseira, são necessárias 8 pessoas, trabalhando 6 horas diárias, julgue os itens seguintes.

- 101** Nas mesmas condições de trabalho, 13 pessoas produzirão mais de 500 litros diários de “vinho” de açaí.
- 102** Aumentando para 7 o número de horas trabalhadas diariamente, e mantendo o mesmo número de pessoas e as condições de trabalho, a produção diária subirá para mais de 430 litros.
- 103** Onze pessoas trabalhando 8 horas por dia, nas mesmas condições de trabalho, produzirão mais de 700 litros por dia.
- 104** É possível aumentar a produção diária em 75% por meio do aumento do número de trabalhadores para 10 e do número de horas trabalhadas diariamente para 8.
- 105** A produção de 15 trabalhadores durante 30 dias, trabalhando 8 horas diárias, é superior a 28.000 litros.

Considerando que a quantia de R\$ 32.000,00 foi aplicada em um fundo de investimentos por certo período, e que a taxa de inflação nesse período foi igual a 3%, julgue os itens a seguir.

- 106** Se, ao final da aplicação, o montante foi igual a R\$ 38.000,00, a taxa aparente de juros nesse período foi superior a 19%.
- 107** Se os juros recebidos ao final da aplicação somaram R\$ 6.400,00, então a taxa real de juros nesse período foi superior a 13%.
- 108** Considerando que o período de aplicação tenha sido de um trimestre, então a taxa de inflação anual nessa situação foi superior a 14%.
- 109** Considerando que o período de aplicação tenha sido de um ano, a uma taxa anual de juros de 20%, com capitalização bimestral, a taxa de juros bimestral foi inferior a 3,4%.
- 110** Considerando que o período de aplicação foi de um ano, com taxa de juros de 28% ao ano, com capitalização trimestral, então a taxa de juros efetivamente paga nesse período foi superior a 33%.

Um capital de R\$ 12.500,00 foi dividido em duas partes. A parte X foi aplicada a juros simples de 4% ao mês durante 5 meses e rendeu os mesmos juros que a parte Y, aplicada por 6 meses a uma taxa de juros simples mensais de 5%. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 111** A parte X do capital era inferior a R\$ 7.000,00.
- 112** A parte Y do capital era maior do que a parte X.

Um título de valor nominal igual a R\$ 43.500,00 foi descontado 4 meses antes de seu vencimento, usando-se o desconto simples, com taxa de 4% a.m. Nessa situação, é correto afirmar que, se for usado o desconto

- 113** comercial (por fora), o valor descontado será superior a R\$ 6.800,00.
- 114** racional (por dentro), o valor descontado será inferior a R\$ 6.500,00.

Julgue os itens que se seguem, com referência ao cálculo de juros.

- 115** Um capital foi aplicado em regime de juros compostos por dois meses, produzindo um montante de R\$ 24.255,00 ao final desse período. Se a taxa de juros foi de 5% a.m., então o capital aplicado foi de mais de R\$ 21.000,00.
- 116** Um produto está à venda por R\$ 726,00 em três pagamentos mensais, iguais e sucessivos de R\$ 242,00, sendo que o primeiro pagamento deve ser feito no ato da compra. Para pagamento à vista, a loja oferece um desconto de 10% sobre o valor do produto. Supondo que a inflação seja de 10% ao mês e que, mantendo-se o dinheiro aplicado, o comprador receba uma correção mensal igual ao valor da inflação, a opção mais vantajosa para o comprador é a compra a prazo.

Um empréstimo de R\$ 10.000,00 deve ser liquidado pelo sistema francês de amortização em 8 prestações anuais, à taxa de juros compostos de 12% a.a. , com a primeira prestação vencendo ao final do primeiro ano do empréstimo. Supondo que  $(1,12)^{-8} = 0,4$ , julgue os itens que se seguem.

- 117 O valor da prestação anual é superior a R\$ 1.900,00.
- 118 A segunda cota de amortização é menor do que a primeira.
- 119 Os juros pagos ao final do primeiro ano serão inferiores a R\$ 1.000,00.

---

A quantia de R\$ 18.000,00 foi financiada pelo sistema de amortização constante (SAC) em 12 prestações mensais, com juros de 12% a.a., capitalizados mensalmente. Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 120 O valor das prestações não se mantém constante ao longo do ano.
- 121 A primeira prestação é maior do que R\$ 1.700,00.
- 122 Se  $J_n$ , com  $n = 1, \dots, 12$ , são os juros pagos na  $n$ -ésima prestação, então  $J_n - J_{n+1}$  é igual a R\$ 15,00, para  $n = 1, 2, \dots, 11$ .

---

Joana contraiu determinado empréstimo, que deverá ser pago em prestações iguais, mensais e sucessivas, que vencem ao final de cada mês, a uma taxa de juros compostos de 10% ao mês.

Com base nessa situação hipotética e considerando  $(1,1)^{-5} = 0,6$ , julgue os itens subsequentes.

- 123 Se o pagamento foi feito em 10 prestações de R\$ 200,00, então o valor emprestado a Joana foi superior a R\$ 1.300,00.
- 124 Se o pagamento foi feito em 5 prestações de R\$ 800,00, mas com a primeira prestação vencendo após 180 dias da obtenção do empréstimo, então o valor emprestado a Joana foi superior a R\$ 2.200,00.
- 125 Se o valor emprestado foi de R\$ 1.568,00, para ser pago em 15 prestações, então o valor de cada prestação é superior a R\$ 180,00.

RASCUNHO